

MEMÓRIA DE REUNIÃO

Data:	30/4/2020	Hora:	15:00 – 16:10
Local:	Videoconferência		
Assunto:	Reunião sobre o tema prioritário “Infraestrutura” do Subcomitê Novo Cenário <i>Downstream</i> criado pelo Comitê Técnico Integrado para o Desenvolvimento do Mercado de Combustíveis, demais Derivados de Petróleo e Biocombustíveis - CT-CB com segmento de logística de combustíveis		
Convidados:	Tribunal de Contas da União - TCU e Instituto Brasileiro de Petróleo, Gás e Biocombustíveis - IBP		
Participantes:	<p>Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis - ANP: Diego Geaquinto Leão, Diogo Valerio, Eduardo Roberto Zana, Helio da Cunha Bisaggio, Jader Pires Vieira de Souza, Jardel Farias Duque, Luciana Rocha de Moura Estevão, Magno Antonio Calil Resende, Mario Jorge Figueira Confort, Renato Cabral Dias Dutra e Thiers de Cruz Alves;</p> <p>Cattalini Terminais Marítimos S.A.: Anderson Lucas de Souza, Ângela Cristina Bahry, Carlos Henrique Kszan;</p> <p>Empresa de Pesquisa Energética - EPE: Carlos Pacheco e Patricia Feitosa Bonfim Stelling;</p> <p>IBP: Gisele Pereira e Carla Imbroisi;</p> <p>Logum Logística S.A.: Bruna Barbosa e Sérgio Dionisio Esterminio;</p> <p>Ministério da Economia - ME: Edie Andreeto, Miguel Leite e Cláudio Navarro;</p> <p>Ministério da Infraestrutura - Minfra: Cleber Martinez, Flavia Moraes, Jackeline Goncalves de Oliveira e Rafaela Helcias Cortes;</p> <p>Ministério de Minas e Energia - MME: Pedro Milhomem e Danielle Ornelas;</p> <p>Prumo S.A.: Antonio Primo Ferreira e Barbara Bortolin;</p> <p>TCU: Claudionor Moura Nunes, Luiza de Vasconcellos, Ivan Andre Pacheco, Marcelo Rodrigues Alho e Renato Martins Galvão;</p> <p>Petrobras Transporte S.A. – Transpetro: Giovanni Cavalcanti Paiva , Glauco Sobral Vaz, Hugo Leonardo Nunes e Mauricio Semola;</p> <p>Ultracargo: Helano Pereira Gomes, Ricardo Ferreira de Souza e Renata de Freitas Saraiva;</p> <p>Stolthaven Terminals: Marcelo Schmitt.</p>		

ASSUNTOS TRATADOS

1. O representante do MME iniciou a apresentação agradecendo a disponibilidade de todos para realização da reunião e fazendo uma breve introdução sobre o Subcomitê Novo Cenário *Downstream* do CT-CB.
2. Em seguida, o representante da Logum iniciou sua exposição sobre a visão da empresa sobre os possíveis impactos da abertura do mercado de refino do Brasil na infraestrutura e no mercado de combustíveis.
3. Ressaltou, em relação ao potencial desinvestimento de ativos da Petrobras, que: (i) esse processo pode estimular a busca de competitividade de diferentes cadeias de suprimento; (ii) a Paridade de Preço de Importação (PPI) é premissa relevante para o

- êxito de operações logísticas de larga escala, como dutos e ferrovias, atualmente saturados; e (iii) as regiões carentes de atendimento de modais logísticos de larga escala devem ser priorizadas.
4. Apresentou uma análise das unidades produtoras, os respectivos fluxos de movimentações de combustíveis, com destaque para o etanol, os gargalos rodoviários e apontou que a venda das refinarias trará uma maior demanda por sistemas logísticos de larga escala, planejamento de modais de larga escala para buscar a otimização de fluxos de retorno, de forma que o atendimento de modais logísticos de larga escala devem ser priorizados, principalmente porque existe uma saturação de dutos e outros modais logísticos no médio e longo prazo, após a retomada do crescimento do país.
 5. Apontou que os dutos requerem investimentos pesados, previsibilidade de mapeamento de fluxos de movimentação, longo prazos para implementação (construção) e retorno financeiro; geram significativos ganhos com redução de custos, desgargamento e redução da poluição em vias dos centros urbanos, ao se deslocar o tráfego de caminhões para o interior, entre outros;
 6. Apresentou sugestões para o desenvolvimento do mercado, como a previsibilidade de mercado e regulatória, além da precificação adequada, combate a fraudes fiscais e derivações clandestinas;
 7. Ressaltou que o Renovabio é uma ferramenta importante para o incentivo à produção de biocombustíveis, bem como para a adoção de modais eficientes;
 8. Indicou melhorias sob a ótica tributária, que poderiam ser encaminhadas ao Subcomitê Combate à Sonegação e à Adulteração de Combustíveis, como por exemplo o tratamento de particularidades da operação dos dutos, como formação de bateladas, operações interestaduais e intermodais, homogeneização de normas e protocolos fiscais pelo país, além de ajustes no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura – Reidi.
 9. O representante da Ultracargo complementou que o investimento em infraestrutura é de capital intensivo e com payback elevado, de forma que são relevantes os esforços de desburocratização. Também ressaltou a importância no combate às derivações clandestinas.
 10. O representante do MME informou que o Ministério já trabalha na reformulação da Portaria com critérios para enquadramento no Reidi dos projetos de dutovias, a fim de desburocratizar os processos, assim como foi feito para o setor elétrico. Apesar disso, enfatizou a importância do encaminhamento das propostas dos agentes para melhorias nesse processo, que podem ser abordadas no Subcomitê do Novo Cenário Downstream – Infraestrutura, inclusive caso requeiram uma alteração de legislação.
 11. O representante da Cattalini iniciou sua exposição ressaltando o desafio de levar a logística ao país de dimensões continentais, com a menor burocracia possível, o que levará a atração de investimentos. Abordou os aspectos macroeconômicos do setor, com a saída do monopolista para o cenário de monopólios regionais com a venda das refinarias e apontou preocupação com o mercado no curto prazo, de modo a garantir o abastecimento em todos os locais no país, evitando distorções como choques de oferta.
 12. Entende importante uma atuação regulatória do estado mais forte, pelo menos na fase inicial, evitando ações maléficas do privado, e citou como exemplos de temas a serem

tratados pela regulação: segregação dos elos da cadeia, controle do monopólio regional, sistema regulatório para atuação comercial equilibrada (cotas, política comercial da Petrobras).

13. O representante da Transpetro iniciou sua exposição ressaltando que o momento é histórico e salientou a importância de se considerar a estrutura desenhada para o país, inclusive de importação dos produtos e operação dos dutos. Ressaltou que a questão das derivações clandestinas já vem sendo tratada pela ANP, Ministério Público e deve ser considerada como um problema do país, com necessidade de nova legislação sobre o assunto e atuação dos órgãos competentes.
14. Afirmou que no novo cenário poderão existir monopólios regionais, porém hoje existe uma estrutura logística centralizada na Petrobras, com custos minimizados em alguns pontos, mesmo praticando PPI, por serem custos de serviço, o que demandará atenção da ANP principalmente para os casos de contingência, a fim de se evitar desabastecimento, caso a não haja infraestrutura logística adequada.
15. Além disso, afirmou que é importante analisar a segregação das atividades com responsabilidade, bem como a comparação do mercado brasileiro com outros mercados já desenvolvidos, já que isso influencia a atratividade de alguns negócios, inclusive da venda das refinarias.
16. Foi comentado por representante da Transpetro que é necessário avaliar os papéis e responsabilidades dos agentes do mercado, como ficarão os fluxos físicos e estoques na cadeia, no novo cenário com a saída da Petrobras do papel de integração. Entende que as empresas terão responsabilidade na garantia do abastecimento. Ressaltou que a regulação e o MME devem focar nos papéis dos agentes, não como intervenção, mas maior fiscalização e regulação, na formação de preços e livre acesso, principalmente na primeira etapa, garantindo uma transição de forma suave, com uma mudança da dinâmica do mercado, existência de múltiplos fornecedores e coibição dos monopólios regionais, sem impacto no abastecimento e nas relações comerciais entre as empresas.

ANEXOS

-